

Os estudos e pesquisas sobre Financiamento da Educação Infantil na Revista Fineduca¹

Maria Vitória Oliveira dos Santos (UFCG)
profmvitoriaods@gmail.com

Emanuela Celi da Silva Ferreira (UFCG)
maninhaceli@gmail.com

Joedson Brito dos Santos (UFCG)
joedson.santos@ufcg.edu.br

Introdução

Este trabalho tem como objetivo central verificar as produções sobre as políticas públicas para o financiamento da Educação Infantil (EI) no Brasil, publicadas na revista Fineduca, entre os anos de 2011 a 2021. O estudo está vinculado a pesquisa, em andamento, intitulada "Financiamento da Educação Infantil na Paraíba: um estudo sobre condições de oferta e perfil do investimento" que tem como objetivo "identificar e descrever as políticas públicas para o financiamento da Educação Infantil implementadas na Região metropolitana de Campina Grande/PB, no período de 2007 a 2020".

Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática que procura responder uma questão específica de pesquisa no que se refere ao Estado da arte de um tema por meio do mapeamento e estudos das pesquisas disponíveis e relevantes para uma questão de pesquisa. Buscando produzir conhecimento e reflexão sobre o financiamento da EI no contexto do Fundeb.

O estudo caracterizou-se por uma abordagem de natureza quantitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de um estudo do tipo "Estado do Conhecimento", também conhecido como levantamento bibliográfico ou de revisão sistemática, estudo da arte ou da questão, que são desenvolvidos a partir de diversos materiais, como livros,

¹ O trabalho de pesquisa tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

periódicos, textos técnicos, dissertações e teses, dentre outros. (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014)

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa em andamento que, no momento, objetiva identificar e descrever as produções acerca das políticas públicas para o financiamento da EI no Brasil, publicadas na revista *Fineduca*, nos volumes publicados entre os períodos de 2011 a 2022. Busca-se compreender e produzir conhecimento sobre as políticas públicas para o financiamento da EI implementadas no contexto do Fundeb, seja como uma das alternativas para assegurar o direito à educação, seja como estratégia de produção de conhecimento.

Desenvolvimento

Historicamente, o atendimento da criança pequena era considerado uma responsabilidade de natureza privada da família e um atendimento marcado por dimensões assistenciais e de saúde preventiva. O que fez com que esse atendimento se espalhasse por variados “órgãos federais, estaduais e municipais ligados às áreas de bem-estar social, saúde e outras, além da área educacional propriamente dita”. (CAMPOS, 1992, p.6). Somente com a CF de 1988 esses aspectos tomam nova direção.

Porém, apesar dos avanços da CF de 1988, do ECA de 1990, da LDB de 1996 e de PNE de 2001, E continuou, até 2006, sem uma política clara de financiamento, ficando a critério dos entes municipais e da atuação de instituições filantrópicas, comunitárias e ou privadas. Somente com a criação do Fundeb, instituído em dezembro de 2006, pela Emenda Constitucional nº 53 e regulamentada em 2007, com Lei nº 11.595 é que a EI, pela primeira vez, foi incluída numa política de financiamento público de educação (SANTOS, 2015).

Porém, a produção do conhecimento sobre o financiamento da EI, ainda, é muito escassa, recente e dispersa, apesar de vim ganhando cada vez mais importância no âmbito das políticas sociais e educacionais. É nessa direção que inserimos o presente estudo que tem como objetivo verificar as produções sobre as políticas públicas para o financiamento da EI no Brasil,

publicadas na revista *Fineduca*, periódico que se dedica, exclusivamente, à temática de financiamento da educação.

Foi elaborado o protocolo para condução da revisão bibliográfica sistemática, neste se estabeleceu como fonte a revista *Fineduca*. Para a seleção das produções que serão estudadas foram elencados os seguintes descritores: *educação infantil; creche e pré-escola; parcerias público-privada; políticas públicas e financiamento da educação infantil*. Esses descritores foram verificados nos títulos, resumos e palavras-chave das produções, sendo escolhidos apenas trabalhos que atendessem os critérios de inclusão e exclusão, sendo eles: incluídos apenas trabalhos que tiveram como foco explícito na etapa da EI, excluídos trabalhos que não apresentam no título, nas palavras-chave e ou no resumo de maneira explícita a EI, os artigos de revisão sistemática.

O periódico conta com doze volumes já publicados que datam do ano de 2011 até o primeiro semestre de 2022, sendo responsável por uma grande contribuição na divulgação dos estudos na área do financiamento da educação. Trata-se de um periódico acadêmico online de acesso livre, com publicações contínuas que formam volumes anuais, possui por objetivo divulgar estudos, pesquisas e reflexões além de promover o intercâmbio e o debate de ideias acerca das diferentes análises e concepções do financiamento da educação.

Foi possível encontrar duzentas e vinte e uma produções de artigos na revista, entre os períodos dos anos de 2011 a 2022. Essas foram organizadas em tabelas de acordo com o volume e número da publicação, título, resumo e palavras-chave. Foram verificados os descritores nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos.

Após a leitura de cada resumo e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os trabalhos foram selecionados conforme fosse confirmada a sua relevância para a pesquisa. Evidenciou-se um total de 27 publicações publicadas na seguinte ordem: nos volumes nº1 (2011), nº3 (2013), nº8 (2018) e nº9 (2019) apenas um artigo em cada volume atendia aos critérios estabelecidos para seleção, os volumes nº 5 (2015) e nº6 (2016) tiveram

dois artigos cada, já os volumes nº 10 (2020), nº11 (2021), nº12 (2022) tiveram, respectivamente, três, seis e dez artigos, os demais volumes não tiveram artigos que atendessem aos critérios de inclusão.

Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos podemos identificar os seguintes eixos temáticos: *relação público e privado* como oito publicações, em seguida seis publicações com foco na *política de Fundo*, no *oferta e demanda* cinco, *Gestão da educação infantil* dois. *Programas governamentais e custos aluno* cada um com uma produção. Quatro publicações trataram do *financiamento da EI numa perspectiva internacional*.

Conclusões

Percebeu-se que, a Revista Fineduca teve uma média de publicações de doze artigos por volume, entre os anos de 2011 e 2018. A partir de 2019 a 2022 o número de publicações aumentou para uma média trinta. Nesse percurso temporal foram publicados 200 resultados de estudos e pesquisas sobre financiamento da educação. Desse total, vinte e sete tiveram como foco os recursos para a educação das crianças de 0 a 5 anos de idade. Todavia, com foco na EI no Brasil foram 23 artigos e a maioria publicados entre os anos de 2020 e 2022.

Esses foram selecionados para leitura integral por atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa, se tratando de artigos voltados ao financiamento da EI. Os eixos temáticos que mais têm estudos são da relação entre público e privado como oito publicações, em seguida as publicações com foco na política de Fundo com seis e aquelas direcionadas a tema da oferta e demanda com cinco.

Desta forma, pode-se inferir até o momento que o número de produções sobre a temática de financiamento da EI no Brasil, presente na Revista Fineduca tiveram um aumento significativo a partir do ano de 2020, talvez em detrimento do contexto da aprovação do Novo Fundeb. Contudo, todos esses estudos serão explorados mais detalhadamente na sequência da pesquisa.

Referências

BRASIL. Lei 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 2007.

CAMPOS, Maria Malta. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Cadernos de Pesquisas** nº 82. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, agosto de 1992, p. 5- 20.

SANTOS, Joedson Brito dos. **O Fundeb e a Educação Infantil**. Curitiba – PR: Editora Appris 2015, 187p.

VOSGERAU, D. S. R., ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 2014 14, n. 41, p. 165-189.